

A Greve está crescendo!

Reunida no Instituto de Física na tarde de quinta-feira, 14/8, a Assembléia da Adusp, que foi a maior realizada desde o vitorioso movimento de 2000, deliberou pela continuidade da greve, que está crescendo em diversas unidades da USP.

Visando aumentar a pressão sobre deputados e governo, e reconhecendo a necessidade de esclarecer a comunidade sobre o caráter não solidário e privatista da reforma, bem como as graves conseqüências de sua eventual aprovação, a assembléia deliberou a seguinte agenda de mobilização:



Daniel Garcia

Calendário de Atividades

15/8, sexta-feira

Participação no ato conjunto com a CUT e entidades do funcionalismo às 15 horas, no vão do MASP (concentração e saída de ônibus às 14 horas, do estacionamento do Banespa)

18/8, segunda-feira

Manhã: atividades nas unidades
Tarde: debate sobre a proposta de reforma da Previdência aprovada em 1º turno (parlamentares estão sendo convidados a participar)

19/8, terça-feira

Grande ato em Brasília
Vigília na Adusp, a partir das 10 horas, para acompanhar o ato e o desenrolar da votação do segundo turno da reforma

20/8, quarta-feira

Reuniões setoriais e debates nas unidades

21/8, quinta-feira

Assembléia da Adusp às 10h30

Movimento repercute na mídia

A greve dos docentes da USP, Unicamp e Unesp tem conquistado espaço nos meios de comunicação. Além da cobertura dada pelos jornais impressos, a televisão e principalmente as emissoras de rádio vêm tratando do assunto. Foram concedidas entrevistas às rádios CBN, Eldorado, Jovem Pan e Bandeirantes, e também à TV Cultura. No fac-símile ao lado, vê-se chamada de capa da *Folha de S.Paulo* de 9/8.

Docentes da USP decidem parar contra a reforma

Professores da USP e funcionários e docentes da Unesp de Assis decidiram entrar em greve a partir de segunda em protesto contra a reforma da Previdência e o aumento na contribuição previdenciária dos servidores estaduais, sancionada em junho. Na Unicamp, associação de docentes diz que 60% dos professores já estão parados pelo mesmo motivo. A Universidade Federal de São Paulo também já está parada em apoio à greve de servidores federais. **Pág. C7**

No dia 19 (terça-feira), participe, em Brasília, do grande ato do funcionalismo contra a PEC 40!

Informe seu nome, RG, telefone e e-mail à Secretaria da Adusp. Contamos com a sua presença!

GT Fundações: Adusp entrega relatório de minoria

Os relatórios resultantes do GT Fundações, criado pela Reitoria para tratar do tema, foram entregues ao reitor Adolpho Melfi no dia 6/8. A Adusp, por entender que suas posições não estão contempladas no relatório principal, decidiu apresentar um relatório de minoria. O DCE também entregou relatório de minoria.

Em seu discurso no ato de entrega dos relatórios, na Reitoria, o professor Ciro Correia — que presidiu a Adusp na gestão 2001-2003 e liderou a representação da entidade no GT Fundações — enfatizou a necessidade de ampla divulgação dos relatórios apresentados, e de que os seus proponentes tenham direito à palavra nas sessões do CO que vierem a tratar do assunto. O Reitor se disse de acordo com essas reivindicações.

A seguir, a íntegra do discurso lido pelo professor Ciro:

“Prezado Reitor, membros do GT Fundações, senhoras e senhores: é com satisfação que hoje comparecemos a essa cerimônia para entrega dos relatórios produzidos no âmbito das atividades do GT Fundações constituído pela Reitoria.

Entendemos que os debates promovidos nesse Grupo de Trabalho foram proveitosos para esclarecer os principais aspectos vinculados à questão da existência, da criação, da atuação e dos problemas causados pelos vínculos hoje existentes entre a USP, enquanto universidade pública, e as fundações de direito privado ditas ‘de apoio’.

Nesse contexto gostaria de justificar a ausência nesse ato dos demais representantes da Adusp no GT, que não puderam comparecer. Aqui não se encontram em função de outros compromissos

públicos assumidos anteriormente, como no caso do professor Francisco Miraglia, que nesse momento se encontra em um debate sobre a reforma da previdência, no sindicato dos servidores municipais da previdência social, e do professor Américo Kerr, que encontra-se em Brasília, também por conta do projeto em discussão no Congresso Nacional.

Distorções

Temos convicção de que as idéias e propostas produzidas pelo GT se constituem em importante contribuição para fundamentar as discussões que serão pautadas no Conselho Universitário sobre o tema. No entanto, para que esse processo ocorra da melhor maneira possível, nos parece necessário que os relatórios apresentados sejam amplamente divulgados e previamente discutidos em todas as unidades da USP, e que representantes dos diferentes grupos que os elaboraram venham a ter direito a palavra nas sessões do CO que irão apreciar a questão das fundações.

Consideramos porém necessário registrar que, infelizmente, todas as muitas irregularidades e distorções que a Adusp trouxe a público quanto à atuação das fundações privadas na USP, entre elas a promoção de cursos pagos em parceria com unidades da universidade, continuam existindo ou mesmo se ampliaram, nesse período em que o tema tem estado em debate.

Não se pode permitir a descaracterização da supremacia do interesse público sobre o interesse privado dentro de uma instituição pública com a relevância e o destaque social de que nossa universidade desfruta, nem a descaracterização dos princípios que regem, ou



Daniel Garcia

deveriam reger, o principal regime de trabalho da nossa carreira, o RDIDP, como temos presenciado através dos vínculos de unidades e docentes com fundações privadas.

Garantias ameaçadas

Quando isso ocorre, a universidade se enfraquece diante da sociedade para defender sua natureza jurídica, os direitos e as prerrogativas de sua carreira pública. O que é grave, em particular, no momento que atravessamos, quando encontram-se ameaçadas as garantias constitucionais que dizem respeito à previdência pública.

Desse modo urge que a universidade solucione esses problemas e se fortaleça na defesa de sua natureza pública e função social incluída.

Equacionar esses problemas, dentro da perspectiva de só estabelecer vínculos com entidades privadas que se sustentem quanto à legitimidade acadêmica, conforme propomos, é passo importante nessa direção que esperamos nossa universidade venha realizar de modo exitoso. Muito obrigado a todos pela atenção.”

Nova homenagem à memória de Jair Borin

Daniel Garcia



Os participantes do seminário “Comunicação a serviço do Brasil Rural: experiências, dilemas e perspectivas”, realizado pelo Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP e pela empresa Oboré no dia 11/8, homenagearam a memória do professor Jair Borin, falecido em 22/4. O professor Borin, que presidiu a Adusp na gestão 1997-1999, foi um ativo defensor da reforma agrária.

O professor Américo Kerr, presidente da Adusp, foi um dos que falaram na ocasião (foto). Ele lembrou que o professor Borin apostou na

democratização da Universidade de São Paulo, e que as comunidades da ECA e da USP o elegeram diretor da unidade, em 2000, e reitor, em 2001, mas a estrutura de poder recusou-lhe os mandatos democraticamente conquistados.

Também homenagearam a memória de Jair, entre outros, os professores José Eli da Veiga, José Coelho Sobrinho e Hamilton Octávio de Souza, o secretário-executivo da Comissão Pastoral da Terra, Antonio Canuto, e o jornalista Sérgio Gomes. Plínio de Arruda Sampaio enviou mensagem gravada.

Reitor recebe CR para tratar da PEC 40

O Conselho de Representantes da Adusp reuniu-se com o reitor Adolpho Melfi na tarde de 13/8 (foto), para tratar da questão da reforma da Previdência, da Lei 943 (desconto dos 5%) e da questão dos contratos precários, que ganha nova dimensão caso a PEC 40 venha a ser aprovada.

O Reitor informou que esteve três vezes em Brasília, conversando com os deputados sobre a importância, para a universidade pública, de se garantir aos atuais e aos novos servidores a aposentadoria integral e a paridade entre os reajustes salariais dos da ativa e dos aposentados.

Relatou ainda que a proposta de criação de fundo de pensão próprio da universidade, mencionada no artigo dos três reitores, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* (9/8), foi motivada pela completa deserção dos deputados de que a paridade pudesse ser garantida no texto da reforma em tramitação na Câmara dos Deputados.

Acrescentou ainda que os reitores deixaram Brasília confiantes de que o texto da reforma proposta seria modificado, no sentido de substituir-se os termos “servidor público em cargo efetivo” por apenas “servidor público”, o que não



Daniel Garcia

excluiria, a priori, os docentes com contratos precários. Esta confiança era consequência de uma suposta concordância dos líderes dos partidos e do próprio relator com a modificação. No entanto, foram surpreendidos com o texto aprovado, que de fato não contemplava esta preocupação.

Em relação ao desconto de 5% dos salários dos servidores estaduais para fins de aposentadoria, disse que os reitores reivindicam do Governador que possam manter esta arrecadação nas próprias universidades, já que são elas mesmas que custeiam os proventos de seus aposentados. Informou finalmente que

1071 docentes já têm tempo para se aposentar, e que pelo menos 355 podem requerer aposentadoria proporcional.

Recusa aos fundos

A diretoria da Adusp manifestou sua posição contrária aos fundos de pensão, sejam eles públicos ou não, por considerar que o direito a uma aposentadoria digna não pode ficar ao sabor do sucesso dos investimentos no mercado de ações. Além disso, os fundos propostos são de contribuição definida e não de benefício definido, ou seja, o contribuinte sabe quanto paga, mas não quanto irá receber no momento em que

vier a se aposentar. Afirmou, no entanto, que considera bastante importante a atuação dos reitores na busca de garantias para o bom funcionamento das universidades públicas.

Ao final, debateu-se a questão dos docentes “precários”. A Adusp reafirmou sua discordância da realização de processos seletivos. A Reitoria

disse concordar que o melhor seria realizar contratações por concursos públicos, mas que muitas unidades ainda resistem a adotar este mecanismo. O professor Melfi acrescentou que o argumento de que ao ingressar por concurso o docente não mais é avaliado não se sustenta, já que o concurso só confere estabilidade aos que passarem por uma avaliação após três anos de trabalho.

Neste momento, porém, foi lembrado ao Reitor que caberia à universidade regulamentar o processo de avaliação do período probatório de três anos após ingresso do docente por concurso. A Adusp levantou também o problema de que era preciso garantir a possibilidade de chamar os próximos colocados nos concursos, caso o primeiro não assumira o cargo. A Reitoria argumentou que isto implica uma simples mudança regimental, e a Adusp prontificou-se a propô-la.

FOTO DIGITAL ERNESTO RODRIGUES/AF

Faça como a senadora Heloísa Helena: leia a Revista Adusp



Foto publicada na edição de 13/7/03 de *O Estado de S. Paulo*, p.A4

EIS AQUI UMA BOA IDÉIA: MUDAR O VOTO DE 51 DEPUTADOS!

Como já deve ser de seu conhecimento, a PEC 40-B (“Reforma da Previdência”) foi aprovada em 1º turno na Câmara dos Deputados por 358 deputados, 50 votos a mais do que o mínimo necessário (308) para essa aprovação.

Assim, se conseguirmos convencer 51 dos deputados que votaram “sim” a votarem “não” no 2º turno,

essa “Reforma” não será aprovada, abrindo a possibilidade de discussão e aprovação de uma proposta mais condizente com as necessidades da sociedade.

Por isso, “dedos à obra”: mande um e-mail para o deputado que você ajudou a eleger, se ele votou “sim” no 1º turno, a fim de que, no 2º turno, ele mude o voto para “não”, como condição para

que continue a receber seu voto nas próximas eleições...

Se seu deputado votou “não” no 1º turno, sugerimos que você insista para que ele vote dessa mesma maneira no 2º turno e, além disso, sugerimos que você escolha algum outro deputado para “buzinar-lhe” esta boa idéia, que, além disso, pode ser uma excelente iniciativa!

A reforma da Previdência e os recuos do governo

Fevereiro

• O ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, vem a São Paulo discutir o projeto com sindicalistas, no dia 3. O então presidente da Adusp e coordenador do Fórum das Seis, professor Ciro Correa, intervém no debate denunciando o caráter privatista da reforma e a indisposição do governo em enfrentar o problema da dívida externa, e entrega ao ministro o manifesto “Previdência Pública e justa: em defesa dos funcionários públicos”.

Abril

• No dia 30, o presidente Lula encaminha ao Congresso a reforma, que atinge fundamentalmente os servidores públicos: acaba com a aposentadoria integral e com a paridade, impõe redutor de 30% nas pensões, impõe a cobrança dos aposentados e privatiza a Previdência do setor público, criando fundos complementares.

Maiο

• Aproveitando o clima da reforma federal, o governador Geraldo Alckmin envia à Assembléia Legislativa projeto que desconta 5% adicionais do salário dos servidores estaduais, a título de “contribuição previdenciária”.

Junho

• No dia 5 o governo aprova a proposta na CCJ após substituir deputados do PT e PCdoB que votariam contra ela.

• No dia 6, no 8º Congresso Nacional da CUT, a Articulação Sindical, grupo de João Felício, Luiz Marinho e Vicentinho, consegue derrotar as emendas que propunham a retirada ou a suspensão da PEC 40.

• No dia 10, intelectuais historicamente ligados ao PT participam, na USP, de ato organizado pelo Fórum das Seis, e condenam a reforma por seu conteúdo privatizante

e seu caráter de confisco salarial. As declarações repercutem na mídia e na sociedade.

• No dia 11, o primeiro grande ato contra a reforma, em Brasília, reúne 30 mil servidores públicos de todo o país.

• A Assembléia Legislativa aprova, no dia 16, “a toque de caixa”, e o governador Alckmin sanciona, no dia 24, a Lei Complementar 943, que institui a contribuição adicional de 5% do salário dos servidores estaduais na ativa.

Julho

• Os servidores federais entram em greve contra a PEC 40, no dia 8.

• Juizes e promotores de justiça realizam atos públicos em todo o país, protestando contra a reforma.

• O Judiciário ameaça entrar em greve se não forem atendidas as suas reivindicações.

• Primeiros recuos do governo: no dia 9, o governo anuncia mudanças no projeto original da PEC 40: fala-se em permitir a aposentadoria integral para atuais e futuros servidores (exigindo-se, porém, um aumento da idade mínima), garantir o direito à paridade de reajuste salarial e estabelecer uma nova fórmula para o valor das pensões: isenção até R\$ 2.400 e redutor de 50% sobre o que exceder essa parcela.

• Governadores fazem pressão sobre o governo para que mantenha o texto original da reforma e recebem o apoio do chefe da Casa Civil, ministro José Dirceu, e do ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

• No dia 16, os governadores anunciam aceitar a aposentadoria integral nos novos moldes propostos pelo governo federal, mas apenas para os atuais servidores públicos.

• O relator da reforma na Comissão Especial da Câmara Federal, deputado José



Pimentel (PT-CE), apresenta seu parecer, no dia 17, com mudanças em relação ao texto original: aposentadoria integral dos atuais servidores condicionada a quatro condições: 10 anos na carreira, 20 de serviço público, 30 anos de contribuição (mulheres) e 35 (homens) e 55 anos de idade (mulheres) e 60 (homens); paridade para os atuais servidores (porém, a depender de lei que a regulamentar); isenção para pensões até R\$ 1.058, com desconto de 30% para o que exceder aquela parcela.

• Congregação da FFLCH divulga, no dia 19, manifesto condenando a reforma, por “realizar o Estado do sonho dos neoliberais”.

• Juizes decidem, no dia 21, fazer greve de uma semana em agosto.

• No dia seguinte, promotores decidem acompanhar o movimento dos juizes.

• O governo consegue aprovar, no dia 23, por 30 votos a 8, na Comissão Especial da Câmara, o relatório Pimentel, sem alterações. Fato inédito na história da instituição, o presidente da Câmara Federal, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), convoca a tropa de choque da Polícia Militar para reprimir

os servidores que se manifestam contra a reforma.

• No dia 31, a Executiva Nacional da CUT divulga nota denunciando a intransigência do governo, reforçando a convocatória do ato programado para 6/8 em Brasília e reivindicando dos parlamentares “o voto contrário ao texto da Reforma”, caso não sejam atendidas suas reivindicações.

Agosto

• O governo antecipa a votação da emenda, para evitar a repercussão da grande manifestação convocada para 6/8 na capital da República. No dia 5, consegue aprovar, por 358 votos a favor, 126 contra e 9 abstenções, o texto básico da PEC 40B (substitutivo José Pimentel), após intensa pressão sobre os deputados rebeldes da base governista, especialmente do PT e PCdoB. Para garantir a adesão dos setores fisiológicos de sua base, o governo libera verbas para emendas.

• No dia seguinte à vergonhosa votação, manifestação reúne mais de 60 mil servidores públicos de todo o país em Brasília (foto), numa enorme demonstração de protesto contra a perniciosa PEC 40B. O Andes-Sindicato

Nacional formou um bloco com cerca de 300 docentes, do qual participaram docentes da USP, Unesp e Unicamp.

• Também no dia 6, um destaque de votação em separado (DVS) que estabelece o subteto de 90,25% dos vencimentos dos ministros do STF para juizes estaduais é aprovado com o aval dos líderes governistas.

• Os docentes da USP entram em greve no dia 11, conforme decisão tomada em assembléia no dia 7.

• No dia 13, termina a votação da PEC 40B em primeiro turno. Um novo acordo do governo com a oposição reduz o desconto das pensões: o novo texto prevê que, sobre a parcela que exceder R\$ 2.400, incidirá um redutor de 30% (e não mais de 50%). As outras alterações definidas: a aposentadoria compulsória do funcionalismo passa de 70 anos para 75 anos em 2012; a permanência no cargo para garantia do salário integral na aposentadoria cai de 10 para cinco anos; aumenta de R\$ 1.200 para R\$ 1.440 a faixa isenta de contribuição dos inativos da União; explicita-se que a base de cálculo para a concessão da pensão, no caso de servidor que morre na ativa, é o último salário.